

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Pré-sal : 1º navio chega a Libra	2
Título: Odebrecht Óleo e Gás decide entrar em recuperação extrajudicial	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Fabio Schvartsman toma posse como presidente da Vale	3
Título: Odebrecht fecha acordo para renegociar US\$ 5 bi em dívidas	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: BTG Pactual fará a avaliação à venda pela Eletrobras	6
Título: Eletrobrás lança plano de aposentadoria incentivada	7
Título: Em dia de posse de novo presidente, ações da Vale sobem	7
Título: Odebrecht Óleo e Gás fecha acordo para reestruturar dívidas	9
VEÍCULO: Correio Braziliense	10
Título: Preço da gasolina no DF cai para até R\$ 3,25	10
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: Empresas de energia e petróleo temem agenda do setor	12
Título: Turbulência complica substituição na diretoria da ANP	14
Título: Destaques.....	15
Título: OOG reestrutura dívida de US\$ 5 bi.....	16
Título: Alta do dólar melhora desempenho do minério.....	18
Título: Distribuidoras vão ter de rever atuação	21
Título: Após suspender emissão, Cemig avalia alternativas	23

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Pré-sal : 1º navio chega a Libra**

Leiloadada em 2013, a área de Libra, no pré-sal, recebeu o primeiro navio-plataforma. O FPSO Pioneiro de Libra chegou à Bacia de Santos no último sábado, informou ontem a Petrobras. A unidade foi afretada pelo Consórcio de Libra e será utilizada para fazer testes que marcarão o início de produção da primeira área concedida sob o regime de partilha. A expectativa da Petrobras, operadora do consórcio, é que a produção durante os testes comece em julho.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Odebrecht Óleo e Gás decide entrar em recuperação extrajudicial**

Justiça do Rio deve homologar proposta de negociação com os credores da empresa

A Odebrecht Óleo e Gás (OGG), subsidiária do grupo Odebrecht, decidiu ontem entrar com pedido de recuperação extrajudicial. A negociação com credores deverá ser homologada no Tribunal de Justiça do Rio. O presidente da empresa, Roberto Simões, explicou que ela foi obrigada a entrar com o pedido de recuperação devido ao aumento de custos em projetos e ao cancelamento de um contrato de afretamento de uma sonda de perfuração com a Petrobras em 2015. As dificuldades aumentaram após o bloqueio para participar de novas licitações da estatal. A dívida total registrada na recuperação extrajudicial é de US\$ 5 bilhões. O executivo destacou que não fazem parte da recuperação os dois navios-plataformas (FPSOs) Cidade de Itajaí, que está em operação no pré-sal na Bacia de Santos, nem o Pioneiro de Libra que chegou no último sábado à área de Libra, também no pré-sal onde vai realizar os chamados Teste de Longa Duração.

ODEBRECHT INJETARÁ CAPITAL

Segundo Simões, o pedido de recuperação extrajudicial é feito quando pelo menos 60% dos credores aceitam os termos. O executivo explicou que os ativos que entraram no pedido de recuperação foram seis sondas em operação, para as quais a empresa tomou empréstimos para sua construção. Desse total, quatro têm financiamentos que vencem em 2022 no valor de US\$ 1,9 bilhão. Outras duas sondas com financiamentos de US\$ 1,1 bilhão que vencem em 2021. Além disso, também fazem parte do pedido de recuperação dívidas corporativas no valor

total de US\$ 2 bilhões, que incluem Bradesco e Banco do Brasil, com um total de US\$ 550 milhões. A Odebrecht vai injetar R\$ 100 milhões na Odebrecht Óleo e Gás. Simões garantiu que, com exceção das dívidas constantes na recuperação extrajudicial, a Odebrecht Óleo e Gás continua operando normalmente, mantendo em dia seus compromissos. — Estamos absolutamente em dia com nossos compromissos, junto aos fornecedores e funcionários. Não temos atraso com ninguém — afirmou Simões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Fabio Schvartsman toma posse como presidente da Vale

O novo presidente da Vale, Fabio Schvartsman, tomou posse nesta segunda-feira (22). Ele substitui Murilo Ferreira, que deixa o posto após seis anos no cargo.

Schvartsman deixou a presidência da Klabin, que ocupava desde 2011, para assumir a chefia da mineradora. A escolha foi aprovada pelos acionistas da empresa em 27 de março.

O novo presidente da Vale tem graduação e pós-graduação em engenharia de produção pela Poli-USP, além de pós-graduação em administração de empresas pela FGV.

Ele foi presidente da companhia de perfuração San Antonio Internacional e da Telemar Participações. Foi também diretor financeiro na Ultrapar, do Grupo Ultra, e teve cargos de chefia na Duratex.

No Ultra, comandou o processo de abertura de capital.

Como presidente-executivo da Vale, terá como principal missão tocar o processo de pulverização do controle da companhia, anunciado em fevereiro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Renata Agostini

Título: Odebrecht fecha acordo para renegociar US\$ 5 bi em dívidas

O grupo Odebrecht ganhou mais tempo para se acertar com alguns de seus principais credores e deu, assim, passos importantes no plano para soerguer seus negócios, fortemente abalados desde que o conglomerado foi enredado na Operação Lava Jato.

A OOG (Odebrecht Óleo e Gás), que opera sondas e plataformas de petróleo, fechou acordo para renegociar US\$ 5 bilhões em dívidas (cerca de R\$ 16 bilhões pelo câmbio atual).

É o equivalente a um quinto do que o grupo deve na praça – a dívida total das empresas da holding beira os R\$ 90 bilhões.

O conglomerado baiano já havia conseguido um fôlego no mês passado, quando bancos permitiram que os R\$ 2,5 bilhões da venda de sua empresa de saneamento fossem para o caixa e não para quitar parte de sua dívida.

O acerto fechado agora compõe o plano de recuperação extrajudicial da OOG, protocolado na Justiça do Rio nesta segunda (22).

Ele dá mais prazo para a companhia pagar parte do que deve e prevê que outra parte seja quitada com parcela do lucro da OOG.

Também permite que o conglomerado se livre da necessidade de suprir sozinho as necessidades financeiras da operação.

Agora, se houver necessidade de injetar dinheiro na companhia, o valor pago aos credores será reduzido por um tempo.

Em troca, o grupo Odebrecht comprometeu-se a injetar R\$ 100 milhões no negócio a partir da confirmação da validade do plano pela Justiça.

"Temos grande parte dos credores endossando o acordo. Por isso, há grande chance de o plano ser aprovado", afirmou à Folha Roberto Simões, presidente da OOG.

Segundo ele, a partir da homologação do plano do juiz, a empresa entrará em nova fase.

"Segue a vida dela, com dívida reestruturada, contratos redefinidos, conforme o que foi estabelecido", disse.

BANCOS

Dos US\$ 5 bilhões renegociados, 40% referem-se à dívida corporativa, detida por bancos, seguradoras e investidores.

A adesão ao plano chegou a 69% desses credores, afirma a Odebrecht.

O acordo prevê que eles receberão 30% do resultado econômica distribuído na forma de dividendos.

É nesse grupo que estão Bradesco e Banco do Brasil – juntos, eles têm US\$ 550 milhões a receber.

Os outros R\$ 3 bilhões reestruturados, ou 60% do total, estão nas mãos de investidores que compraram títulos da empresa, os chamados "bonds" – papéis que têm como garantia as sondas de perfuração usadas pela OOG nos contratos com a Petrobras.

Nesse grupo, há dois tipos de credores: aqueles que originalmente receberiam da OOG até 2021 (US\$ 1,1 bilhão de créditos no total) e aqueles que receberiam até 2022 (US\$ 1,9 bilhão)

O acordo têm condições similares para os dois grupos.

No total, US\$ 1 bilhão tem de ser pago segundo o cronograma inicial. O dinheiro para quitar essa tranche virá dos contratos mantidos pela OOG com a petroleira estatal.

O restante, cerca de US\$ 2 bilhões, deve ser quitado até 2026. O pagamento dessa segunda tranche depende, contudo, da capacidade da empresa de fechar novos contratos até lá.

LISTA NEGRA

Na prática, a OOG ganhou mais tempo de seus credores para tentar conseguir novos contratos que a permitam quitar suas obrigações e manter sua operação de pé.

Por isso, para que o plano dê certo, a Odebrecht depende – e muito – da Petrobras.

O acordo só parará de pé se a estatal não alterar os contratos que a OOG ainda possui.

Será fundamental ainda que a empresa saia da "lista suja" da petroleira.

Enquanto estiver nesta lista, a companhia fica impedida de disputar novos contratos com a petroleira.

A seu favor, a empresa tem o fato de que a delação do grupo não envolve irregularidades cometidas por executivos da OOG ou em benefício da OOG.

RESCISÃO

Os problemas da OOG começaram em setembro de 2015, quando a Petrobras rescindiu o contrato de uma de suas sondas.

Dois meses depois, as conversas com representantes dos credores tiveram início. O acordo, visto com complexo, demorou um ano e meio para ser costurado.

Nesse período, a empresa manteve os pagamentos de fornecedores e funcionários – a OOG emprega hoje 3.500 funcionários.

Para eles, nada muda, afirma Roberto Simões.

A expectativa do executivo é que, em três anos, o setor de óleo e gás tenha se recuperado, dando impulso à operação da OOG.

Segundo ele, a retomada virá do desempenho melhor da economia e de reformas como a revisão das regras de conteúdo local e o fim da obrigatoriedade de a Petrobras ser operadora única no pré-sal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Luciana Collet

Título: BTG Pactual fará a avaliação à venda pela Eletrobras

O BTG Pactual, assessor financeiro contratado pela Eletrobras, vai fazer a avaliação dos ativos de geração e transmissão que a estatal pretende vender ainda este ano como parte de sua estratégia reduzir seu endividamento. Ainda não está acertado se será o próprio banco a realizar a modelagem de venda dessas usinas e linhas.

Sem licitação

Conforme publicado hoje do Diário Oficial da União (DOU), a Eletrobras contratou o BTG Pactual para “prestação de serviços de consultoria especializada para suporte ao Programa de Desinvestimento”. O contrato, aprovado por diretores da companhia na semana passada, foi fechado sem licitação, conforme prevê a lei das licitações para “contratação de serviços técnicos”, como “assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias”.

Terceiro trimestre

A Eletrobras pretende reunir participações em diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE) em dois blocos – um de geração eólica e outro de transmissão de energia – para em um segundo momento oferecê-los ao mercado. A intenção inicial da estatal é concretizar a venda no terceiro trimestre.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fátima Laranjeira

Título: Eletrobrás lança plano de aposentadoria incentivada

A Eletrobrás deu ontem mais um passo no seu processo de reestruturação. A estatal, que é uma das maiores empresas de energia elétrica da América Latina, lançou ontem um Plano de Aposentadoria Extraordinária (PAE). O programa está sendo implementado simultaneamente na holding e nas empresas Eletrobras CGTEE, Cepel, Chesf, Eletronuclear, Eletronorte, Eletropar, Eletrosul e Furnas. Segundo a empresa, 4.607 empregados são considerados elegíveis ao plano. A adesão será feita em duas etapas: primeiro até o dia 30 de junho e depois vai de 10 a 31 de julho. Os desligamentos serão feitos entre junho e dezembro deste ano. Para aderir ao plano, o funcionário deve ter idade igual ou superior a 55 anos e com pelo menos dez anos de vínculo empregatício com a empresa no momento do desligamento.

É preciso se enquadrar em uma dessas condições: aposentados pela previdência oficial; em condições de aposentadoria pela previdência oficial até a data de desligamento, de acordo com as regras atuais do INSS; e empregados reintegrados e anistiados à empresa por meio da Comissão Especial Interministerial (CEI de Anistia). Objetivo. Pelos estudos feitos até agora, cerca de 35% do pessoal da estatal teria idade para se aposentar. Com o plano de aposentadoria e o Programa de Demissão Voluntária (PDV), que pode resultar no corte de 2,4 mil pessoas, a diretoria da Eletrobrás espera reduzir de 23 mil para 12 mil o número de funcionários – isso inclui a privatização das distribuidoras da empresa, que têm 6 mil funcionários. Se conseguir implementar o plano, em 2018 a empresa teria uma economia de R\$ 1,7 bilhão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor:

Título: Em dia de posse de novo presidente, ações da Vale sobem

Fabio Schvartsman, ex-Klabim, substitui Murilo Ferreira no comando da maior mineradora do mundo

O executivo Fabio Schvartsman assumiu ontem a presidência da Vale, maior mineradora do mundo, em meio à turbulência política e econômica que tomou conta do País desde a semana passada, quando foi divulgado o conteúdo da delação premiada dos donos da empresa de alimentos JBS. A mudança de comando, porém, ocorreu em um dia positivo para a empresa no mercado financeiro. Apesar da queda na bolsa paulista, a B3, as ações da Vale tiveram forte alta ontem: o papel preferencial da companhia teve alta de 2,76%, para R\$ 26,41, enquanto o ordinário teve valorização de 2,46%, para R\$ 27,92. Schvartsman esteve nos últimos seis anos à frente da Klabin. Na produtora de papel e celulose, o executivo consolidou a profissionalização da empresa de controle familiar.

Na Vale, ele substituirá Murilo Ferreira, que estava na companhia desde maio de 2011, quando havia sucedido o executivo Roger Agnelli. A escolha de Schvartsman foi feita após a Vale contratar a consultoria Spencer Stuart, que formulou uma lista de candidatos. Entre os nomes que também teriam entrado na disputa estariam Walter Schalka (presidente da Suzano) e Marcos Lutz (presidente da Cosan). Schvartsman, de 63 anos, é graduado em engenharia de produção pela Poli-USP e pós-graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com 40 anos de carreira, teve passagens por outros importantes ícones nacionais. O novo presidente da Vale é descrito por fontes como detentor de um estilo discreto e direto de liderança. A ascensão de Schvartsman no mundo dos negócios se deu durante a passagem de 22 anos pelo Grupo Ultra, dono de negócios como a distribuidora de gás Ultragás, a rede de postos Ipiranga, a química Oxiten e a rede de farmácias Extrafarma.

O Ultra fatura atualmente cerca de R\$ 76 bilhões ao ano. No Ultra, Schvartsman participou de negociações importantes, que ajudaram a dar ao grupo o porte que ele tem hoje. Entre elas figurou a compra da rede de postos de combustíveis Ipiranga, em março de 2007. Apesar de ter participado de negociações importantes e de ter sido diretor financeiro e de relações com investidores, a saída de Schvartsman do Ultra se deu em meio à disputa pelo comando do negócio, no fim de 2007. Ele era cotado para assumir a presidência da Ultrapar, substituindo Paulo Cunha. O escolhido acabou sendo Pedro Wongtschowski, que ficou no cargo até 2012. Após deixar o Ultra, Schvartsman assumiu o comando do grupo San Antonio, que enfrentou dificuldades, entre 2008 e 2010. Ingressou na Klabin em 2011.

Desafio. Embora esteja assumindo a Vale em um momento mais favorável para o preço internacional do minério de ferro e de bons resultados – o lucro líquido da Vale subiu 25% no primeiro trimestre, para R\$ 7,891 bilhões –, Schvartsman terá de melhorar a imagem da empresa, afetada após o rompimento da barragem da Samarco, parceria entre a brasileira e a BHP Billiton, em Mariana (MG), no fim de 2015. Além disso, a Vale anunciou, em fevereiro, que vai passar a ter controle pulverizado a partir de 2020. Pelos termos do novo acordo, proposto pelos atuais

controladores – Litel (que reúne os fundos de pensão Previ, Petros, Fundação Cesp e Funcef), Bradespar, Mitsui e BNDESPar –, a mineradora será listada no Novo Mercado, segmento de mais alto nível de governança da Bolsa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor: Josette Goulart

Título: Odebrecht Óleo e Gás fecha acordo para reestruturar dívidas

Reestruturação. Empresa protocolou na Justiça do Rio pedido de homologação de acordo de recuperação extrajudicial; mais de 60% dos credores aceitaram alongar a dívida e até trocar parte dela pelo recebimento de dividendos enquanto a empresa existir

A Odebrecht Óleo e Gás protocolou ontem, na Justiça do Rio de Janeiro, pedido de homologação do plano de reestruturação extrajudicial de uma dívida de US\$ 5 bilhões (cerca R\$ 16,5 bilhões). O plano foi aprovado por mais de 60% dos credores e prevê o alongamento da dívida e a troca de parte dela por participação perpétua nos resultados da empresa – isso transformaria um grupo de credores em uma espécie de acionista. A Odebrecht terá de fazer um aporte de R\$ 100 milhões para fazer frente às necessidades de caixa da companhia no curto prazo. Se a Justiça homologar o acordo, o grupo Odebrecht terá reestruturado duas das empresas do grupo que tinham dívidas vencidas e que figuravam entre as mais endividadas do conglomerado. A primeira reestruturação foi a da Odebrecht Agroindustrial, que renegociou R\$ 12 bilhões em débitos quando os bancos aceitaram ações da Braskem como garantia para alongar prazos. Agora, foi a vez da OOG.

Pelo acordo, os detentores de bônus, que concentram hoje um total de US\$ 3 bilhões, vão receber cerca de US\$ 1 bilhão nas datas de vencimento originais, em 2021 e 2022. O restante será pago até 2026, com aumento de 1 ponto percentual no juro, que ficará, em média, em 7,5% ao ano. Já os credores da dívida corporativa, que soma US\$ 2 bilhões, aceitaram trocar o crédito por debêntures perpétuas – ou seja, que não têm vencimento e que vão entregar 30% dos dividendos da empresa todo ano, para sempre. Entre os credores corporativos estão detentores de bônus perpétuos, com US\$ 600 milhões; os bancos Bradesco e BB, com US\$ 550 milhões; seguradores, com pouco menos de US\$ 300 milhões; e os próprios detentores de bônus com vencimento em 2021 e 2022, que fizeram uma espécie de empréstimo à empresa ao abrir mão de receber juros durante a fase difícil da OOG.

Dificuldades. A crise da empresa começou com a Operação Lava Jato, quando a OOG entrou na lista negra da Petrobrás, ficando proibida de fazer negócios com

a estatal. Além disso, a Odebrecht foi sugada pela operação – e 77 de seus executivos fizeram delações. No entanto, o presidente da OOG, Roberto Simões, que orquestrou a negociação com os credores, afirma que a companhia não foi citada nas delações. A crise da OOG se agravou quando a Petrobrás cancelou contrato de afretamento da unidade de produção offshore ODN Tay, no fim de 2015. Sem essa receita, a empresa ficou com o caixa prejudicado. Além disso, pelas cláusulas do financiamento dos navios sondas, a Odebrecht tinha obrigação de conseguir novo contrato. Mas, na época, com os preços do petróleo em baixa, era quase impossível fechar negócio. Isso significava que os credores tinham direito de pedir a antecipação do pagamento de toda a dívida. Os credores, porém, acabaram ajudando a empresa a passar pela fase ao ruim ao não cobrar a dívida, dando fôlego US\$ 575 milhões à companhia. Esse valor acabou convertido em empréstimo – na recuperação extrajudicial, o valor fará parte dos credores corporativos.

Segundo um dos principais advogados de parte dos credores, essa saída foi possível porque a Petrobrás manteve o contrato das outras seis sondas que tinha com a OOG, além de outras unidades de produção de petróleo. No ano passado, a empresa faturou US\$ 1,1 bilhão e tem hoje 3 mil empregados. Além de buscar a aprovação do plano pela Justiça, após os credores que não aceitaram o acordo se manifestarem, a OOG tem o desafio de ser excluída da lista negra da Petrobrás. Apesar do acordo de leniência do grupo Odebrecht com o Ministério Público Federal, a empresa continua sem poder fechar contratos com a estatal. Isso porque o grupo não fechou leniência com o Ministério da Transparência. A OOG já esteve prestes a sair da lista, mas foi atropelada pela mudança de ministros.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari

Título: Preço da gasolina no DF cai para até R\$ 3,25

Os postos de combustíveis estão fazendo cada vez mais promoções no Distrito Federal para se manterem no mercado. Mesmo com a média nacional estável, os preços da gasolina na capital caíram na última semana. Motoristas conseguem abastecer o carro a R\$ 3,25 em dinheiro em estabelecimentos do Plano Piloto. Com tanta oferta, as instituições de defesa do consumidor alertam os clientes a se prevenir de problemas com produto adulterado.

A concorrência é a grande aliada dos consumidores. No último mês, o preço médio da gasolina no Distrito Federal caiu de R\$ 3,60 para R\$ 3,51. A queda ocorreu mesmo com uma leve alta da gasolina nas distribuidoras, de R\$ 3,17 para R\$ 3,19. Além disso, a média nacional não se alterou: R\$ 3,62. Os dados são da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Dos 18 postos visitados pelo Correio, 16 apresentaram reduções de valores. Os preços baixos no DF estão associados à intervenção do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) na empresa Cascol. Os gerentes dos postos confirmam que a concorrência não dá trégua. Na Asa Norte, um chefe de pista afirmou que o valor do litro caiu tanto com as promoções que o estabelecimento está com dificuldades de pagar todas as despesas.

A fila em alguns postos de combustíveis passa dos 20 minutos. O militar Josildo Almeida, 42 anos, estava, há cinco, aguardando atendimento em um estabelecimento da Asa Norte. Ele contou que a economia compensa o tempo de espera.

Qualidade

Pagar mais barato, no entanto, traz alguns riscos, dizem especialistas. É preciso ficar atento à qualidade do produto comercializado. A bibliotecária Telma Ferreira, 50 anos, tem receio de comprar gasolina adulterada. “A gente aproveita as promoções para gastar menos, mas pode passar por uma situação em que precise pagar ainda mais com o conserto do carro”, disse.

Sonia Amaro, advogada e representante da Proteste, destacou que um valor muito abaixo da média do mercado pode trazer riscos ao consumidor. Assim como ocorre com outros produtos, é preciso desconfiar. “É importante guardar sempre a nota fiscal de onde abasteceu, porque, se o carro apresentar falhas, problemas ou estragar o tanque, facilita para o consumidor reclamar para o estabelecimento”, afirmou.

Se o problema mecânico for diagnosticado, a especialista sugeriu que o motorista leve a reclamação por escrito. O cliente tem condições de pedir ressarcimento do conserto e do combustível. “Também é importante procurar a ANP, que fiscaliza o mercado, e registrar a reclamação”, destacou.

* Estagiário sob supervisão de Rozane Oliveira

Em queda

Confira valores de alguns postos na cidade

Posto	Endereço	Preço em 8/5 (R\$)	Preço em 22/5 (R\$)
Ale – Posto da Torre	Setor Hoteleiro Sul	3,29	3,29
Posto Garantia	SIG Quadra 3	3,29	3,25
Petrobras	SIG Quadra 3	3,29	3,25

Petrobras	Eixo W 105 Sul	3,39	3,344
Petrobras	Eixo W 113 Sul	3,38	3,34
Petrobras	Eixo L 214 Sul	3,37	3,32
JarJour	Eixo L 210 Sul	3,37	3,29
PB	Eixo L 206 Sul	3,39	3,32
Ipiranga	Eixo L 204 Sul	3,39	3,34
Petrobras	Eixo L 202 Sul	3,34	3,32
JarJour	Eixo L 206 Norte	3,39	3,34
Petrobras	208 Eixo L Norte	3,39	3,34
Ipiranga	Eixo L 210 Norte	3,39	3,34
Shell	Eixo L 212 Norte	3,39	3,34
Petrobras	Eixo L 214 Norte	3,39	3,35
Ipiranga	Eixo W 112 Norte	3,39	3,34
Shell	Eixo W 109 Norte	3,39	3,39
Petrobras	Eixo W 107 Norte	3,39	3,34

Fonte: Pesquisa Correio

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito, Cláudia Schüffner e Camila Maia

Título: Empresas de energia e petróleo temem agenda do setor

As incertezas trazidas pela crise política têm deixado as indústrias de óleo e gás e de energia elétrica apreensivas quanto à retomada de investimentos no país e das agendas que estavam em andamento. Entre as petroleiras, a percepção é que o calendário de leilões anunciado pela atual gestão do Ministério de Minas e Energia (MME) reacendeu o ânimo pelo Brasil, mas que a crise institucional podem prejudicar o trâmite da extensão do Repetro (regime aduaneiro especial do setor de óleo e gás), de acordo com fontes consultadas pelo Valor.

A prorrogação do Repetro preocupa porque depende da articulação entre diferentes frentes do governo, como o MME, Fazenda (incluindo a Receita Federal) e a assinatura do próprio presidente Michel Temer. Executivos consideram pouco provável que as medidas já anunciadas pelo governo, como o calendário de leilões e a redução dos índices de conteúdo local, sejam revogadas numa eventual saída de Temer. Na avaliação das fontes, porém, os leilões deste ano têm "pouca chance de êxito" sem a extensão do Repetro.

"O Brasil voltou a entrar no centro das atenções das grandes companhias mundiais. Acredito que as mudanças regulatórias vieram para ficar e que o pré-sal é atrativo, mas a não renovação do Repetro, antes dos leilões, isso sim, afugentaria investimentos", destaca o presidente de uma petroleira com atuação no pré-sal brasileiro.

O presidente de uma multinacional da cadeia fornecedora de óleo e gás reiterou que a extensão do regime especial é uma "condição sine qua non" para que as petroleiras assumam compromissos de investimentos no longo prazo.

Uma fonte de uma petroleira multinacional citou, ainda, que os executivos da empresa no Brasil têm mantido contato constante com a matriz, mas "nada muito diferente" da atenção que o país tem despertado desde as primeiras articulações em torno do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2015.

A percepção entre executivos é que, independente do governo, o Brasil precisa dos leilões deste ano para reduzir seu déficit fiscal. A expectativa de arrecadação só com os dois leilões de partilha do pré-sal é de R\$ 7,75 bilhões.

O diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Décio Oddone, disse que os próximos leilões já estão autorizados pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), e que a ANP tem mecanismos legais para conduzir os processos.

"A situação particular do Brasil, a recessão brasileira, por exemplo, e o ritmo de crescimento da economia têm muito pouco impacto nos planos das companhias. Elas [petroleiras] não vão explorar petróleo para atender o mercado brasileiro, a dinâmica desse mercado é outra, e isso tudo afasta um pouco o investidor do petróleo dessa crise", ponderou Oddone, que cumpriu agenda com investidores na semana passada, em Londres.

Já no setor de energia, a preocupação gira em torno da medida provisória da reforma do setor elétrico, que estava em elaboração no ministério. Entre as elétricas, é praticamente consenso que uma saída do ministro Fernando Coelho Filho do MME neste momento poderia significar uma descontinuidade na política setorial. O ministro é elogiado pelo setor por tentar solucionar problemas

complexos, como o déficit de geração hídrica das geradoras, a sobrecontratação das distribuidoras e a inadimplência na liquidação do mercado e curto prazo de energia.

Para André Dorf, presidente da CPFL Energia, o setor fez avanços "monumentais" nos últimos meses e, independentemente da permanência de Coelho Filho no comando da pasta, é preciso manter a agenda de curto e longo prazo. "O setor fez um enorme avanço, pela primeira vez temos diálogo totalmente aberto com a equipe, secretários, presidentes de estatais, empresa de planejamento", disse.

Coelho participou ontem de reunião com representantes de associações do setor elétrico, e embora uma fonte tenha avaliado que ele não indicou definição sobre sua permanência, o presidente da Abraceel (associação das comercializadoras), Reginaldo Medeiros, afirmou que o ministro disse que vai ficar no cargo enquanto o presidente Temer permanecer, independentemente da decisão de seu partido, o PSB. Segundo ele, o ministro disse que permanecerá até que se decida a questão da presidência. "O mais importante é a direção que ele [ministro] tem dado para o setor, com muito diálogo", afirmou Medeiros, acrescentando que o encontro, com 20 associações, foi em um astral positivo, de continuidade dos trabalhos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: Turbulência complica substituição na diretoria da ANP

A crise instalada no governo desde a última semana deve dificultar o processo de sucessão de uma vaga na diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O mandato do diretor José Gutman termina no fim deste mês e não há ambiente político para decidir sobre o futuro da diretoria.

Apesar de o presidente Michel Temer ter afirmado na quinta-feira que não renunciará ao cargo, ainda há incerteza no mercado, no meio político e no próprio governo se ele permanecerá no Planalto, após as denúncias contidas na delação da JBS e a abertura de inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) para investigação dos fatos.

Também há incertezas no comando do Ministério de Minas e Energia, que tem papel relevante no processo de escolha dos diretores das agências reguladoras de petróleo e energia elétrica. Na última semana, o presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, defendeu que o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, entregasse o cargo. Coelho Filho é deputado federal pelo partido, em Pernambuco. Já o PSB do Senado, liderado por Fernando Bezerra (PE), pai do

ministro, marcou reunião para tomar uma posição coletiva sobre a conjuntura política atual.

Nomeado em maio de 2013, Gutman foi o primeiro funcionário de carreira concursado da ANP alçado à diretoria da agência, ainda no governo Dilma Rousseff. Graduado em engenharia elétrica e direito, com mestrado em planejamento energético, ele ainda pode ser reconduzido ao cargo. Até para isso, porém, é preciso uma manifestação do governo, o que é pouco provável neste momento.

Entre os processos acompanhados por Gutman está o pedido de perdão pelo não cumprimento dos compromissos de conteúdo local ("waiver") do consórcio responsável pelo campo gigante de Libra, no pré-sal, operado pela Petrobras. A concessão do waiver é tida como fundamental para a viabilidade econômica do projeto.

A expectativa, de acordo com fontes ouvidas pelo Valor, é que o processo de sucessão fique suspenso nesse primeiro momento, até uma definição mais clara do rumo político do atual governo. Se até o fim do mês não houver uma definição, a diretoria da ANP ficará com apenas quatro integrantes: Décio Oddone (diretor-geral), Waldyr Barroso, Aurélio Amaral e Felipe Kury. O quórum mínimo para deliberações no colegiado é de três diretores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Novo ativo da Petrobras

A Petrobras divulgou ontem mais um "teaser" sobre uma "oportunidade de desinvestimento". Dessa vez, a estatal planeja vender 100% do campo de Juruá, na Bacia do Solimões, no Estado do Amazonas. "A transação em potencial representa uma oportunidade para desenvolver e monetizar uma descoberta de gás natural, perto de campos operados pela Petrobras e de infraestrutura para processamento e escoamento de gás", diz o fato relevante divulgado pela estatal. No documento, a Petrobras ressaltou que, além do teaser, as principais etapas subsequentes de cada projeto de desinvestimento da companhia serão divulgadas, respeitando a seguinte ordem: início da fase não-vinculante (quando for o caso); início da fase vinculante; concessão de exclusividade para negociação (quando for o caso); aprovação da transação pela alta administração (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) e assinatura dos contratos; fechamento da operação.

Elektrobras I

A Elektrobras lançou ontem seu plano de aposentadoria extraordinária, para o qual são elegíveis 4.607 empregados, com idade igual ou superior a 55 anos e com pelo menos dez anos de vínculo empregatício com a empresa, no momento do desligamento. O plano está sendo implantado simultaneamente na holding e nas empresas Elektrobras CGTEE, Cepel, Chesf, Eletronuclear, Eletronorte, Eletropar, Eletrosul e Furnas. Trata-se de uma das iniciativas previstas no Plano Diretor de Negócios e Gestão para o período de 2017 a 2021 da estatal.

Elektrobras II

A Elektrobras contratou o BTG Pactual para prestar serviços de consultoria especializada ao programa de venda de ativos da estatal elétrica. A informação sobre o contrato consta de "extrato de inexigibilidade de licitação" publicado na edição de ontem do "Diário Oficial da União". No documento não há detalhes sobre os serviços que serão realizados. Também não há informação sobre o valor do contrato. De acordo com o plano de negócios da Elektrobras 2017-2021, a companhia prevê arrecadar R\$ 4,6 bilhões com venda de ativos neste ano

Bekaert e ArcelorMittal

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou ontem, sem restrições, a aquisição de 55,5% da Bekaert Sumaré pela ArcelorMittal Artefatos de Arame. Com a decisão, a participação da Bekaert Combustion em sua subsidiária passará de 99,99% para 44,49%. Segundo parecer produzido pelo órgão, a operação representa uma "extensão da longa parceria" dos Grupos ArcelorMittal e Bekaert no mercado trefilados para construção mecânica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti

Título: OOG reestrutura dívida de US\$ 5 bi

A Odebrecht Óleo e Gás (OOG) protocolou ontem no fim do dia seu plano de recuperação extrajudicial, na Justiça do Rio de Janeiro. A companhia vai reorganizar fluxo e condições para um total de US\$ 5 bilhões em dívidas financeiras. O valor final dos compromissos não sofrerá alteração.

Trata-se da última reestruturação de dívida dentro do grupo Odebrecht pendente. A operação, contudo, não afeta a holding, pois não há compromissos com aval ou garantia da controladora.

A holding fará um aporte de R\$ 100 milhões no negócio para giro de rotina, por meio de um aumento de capital, contou o presidente da OOG, Roberto Simões, em entrevista ao Valor. "É uma demonstração que o grupo aposta nesse negócio."

A OOG é hoje 100% controlada pela Odebrecht. No ano passado, a holding comprou a fatia dos sócios minoritários - o fundo soberano de Cingapura Temasek (11,5%) e a gestora Gávea (5%).

A OOG estava em negociação com seus credores há cerca de 18 meses. Simões explicou que os problemas começaram em setembro de 2015, quando a Petrobras cancelou o contrato de uma das sete sondas de exploração que a companhia opera. Mas desde o primeiro semestre de 2016, segundo o executivo, a empresa estava conduzindo as conversas de forma que a saída fosse por meio de uma recuperação extrajudicial. A empresa contou com as assessorias financeira do Lazard e jurídica do escritório E. Munhoz Advogados.

Nesse modelo, o plano é levado ao juiz com as condições já aprovadas pelos credores. Para tanto, é necessário o aval de, no mínimo, 60% do valor da dívida. A despeito de parecer mais simples, pois não depende de uma assembleia de credores, o projeto da OOG é sofisticado, por envolver estruturas pouco usadas no Brasil, e envolve três condições diferentes, como se fossem três planos diferentes.

O processo não traz dívidas operacionais, com fornecedores e trabalhadores, pois a empresa mantém os pagamentos em dia, ressaltou Simões.

A reestruturação envolve US\$ 3 bilhões de compromissos com bônus emitidos no mercado externo, atrelados à construção das seis sondas em operação, em estrutura de "project finance". Esse valor é dividido em uma emissão de US\$ 1,1 bilhão, com vencimento em 2021, e outra de US\$ 1,9 bilhão, com prazo até 2022.

Há mais US\$ 2 bilhões de dívidas corporativas. Desse montante, US\$ 575 foram gerados após o cancelamento de contrato feito pela Petrobras, que prejudicou a estrutura econômica da emissão. Dentro desses compromissos diretos da OOG estão também cerca de US\$ 550 milhões contratados com Banco do Brasil e Bradesco.

A OOG teve aval de detentores de 69% dos papéis internacionais com prazo até 2021; de 63% dos bônus que vencem em 2022; e de 79% da dívida corporativa. As conversas terminaram na sexta-feira, quando os percentuais mínimos foram ultrapassados. Um dos principais credores que apoia a reestruturação é a gestora Pimco.

Toda a dívida corporativa da OOG será trocada por um bônus internacional análogo a uma debênture de participação nos lucros. Com isso, os compromissos deixam de ter vencimento e os credores receberão uma fatia fixa de 30% do lucro da companhia.

Trata-se de uma estrutura pouco explorada no Brasil, na qual o credor aceita um título que não tem as características tradicionais de dívida e tampouco é uma ação - mas confere direito sobre os lucros, como um tipo de dividendo.

Já os bônus internacionais em "project finance", que são garantidos pelas sondas, serão ambos trocados por novos papéis, a serem emitidos em duas tranches. A primeira delas mantém prazo e remuneração dos títulos originais e somará US\$ 1,010 bilhão - US\$ 500 milhões com vencimento em 2021 e US\$ 510 milhões, em 2022. Na segunda tranche, que será subordinada, estão os quase US\$ 2 bilhões restantes. A remuneração dessa parcela foi acrescida de 1% ao ano e as amortizações só começarão após a conclusão do pagamento da primeira tranche.

Simões ressaltou que a negociação com os credores envolveu uma questão relevante do ponto de vista operacional. A OOG se desobriga de ter de custear manutenção de sondas sozinha, mesmo que a operação não seja rentável. Os credores autorizaram a empresa a acessar o fluxo da operação para garantir a manutenção e a operação dos equipamentos, prevalecendo tais necessidades aos compromissos financeiros.

A OOG tem receita anual da ordem de US\$ 1,1 bilhão, de acordo com Simões, com margem de lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) da ordem de 45%. Além de fazer serviços de manutenção de plataformas, a companhia possui em atividade seis navios-sonda de exploração, mais duas FPSO (navios para exploração em águas profundas) e dois navios de lançamento de tubulações.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Alta do dólar melhora desempenho do minério

A disparada do dólar em meio à incerteza política que se instaurou no Brasil com as denúncias contra o presidente Michel Temer ajudou a aliviar o mau momento do minério de ferro. Quando convertida em reais, a matéria-prima reduziu a queda durante maio e agora cai menos do que em dólar.

Após uma valorização superior a 8% do dólar ante o real na quinta-feira, o minério em moeda brasileira chegou a seu maior patamar desde 3 de maio. Ao mesmo

tempo, porém, no mercado físico chinês o insumo voltava a recuar. Ontem, mesmo com a correção para baixo do dólar por aqui, o insumo voltou a subir e a queda mensal do minério ainda é menor em reais.

O produto com teor médio de 62% de ferro no porto de Qingdao, na China, fechou ontem negociado a US\$ 63,19 por tonelada. Já o dólar Ptax, calculado pelo Banco Central, ficou praticamente estável, em R\$ 3,2863. Assim, o minério cotado em reais valeria R\$ 207,67.

Em dólares, a commodity acumula perdas de 8,2% no mês, mas em reais essa queda é suavizada para 5,6%. Na quinta, o benefício da conversão em moeda brasileira era ainda maior, já que o recuo do minério em maio atingiu 10,5% e em reais, quase a metade, 5,4%.

A notícia é ótima para a Vale. A empresa tem como moeda funcional de seu balanço o real e pode ganhar um respiro até o fim do segundo trimestre, se esse cenário de valorização do câmbio se confirmar. A turbulência política já fez com que bancos revisassem suas projeções para o dólar - o Credit Suisse, por exemplo, elevou a estimativa dos próximos três meses de R\$ 3,20 para R\$ 3,50, o Goldman Sachs colocou seus cálculos em revisão e o Citi fixou a estimativa de três meses em R\$ 3,40, ante R\$ 3,05 anteriormente.

Mesmo assim, nem o estouro do câmbio será suficiente para compensar a queda livre do minério. Até agora no segundo trimestre, o preço médio em reais encontra-se em R\$ 212,52, abaixo do observado tanto nos três primeiros meses do ano quanto nos três últimos de 2016 - R\$ 268,39 e R\$ 234,03, respectivamente. Por outro lado, na comparação anual, até ontem a alta era de 9,5%. O volume de venda da Vale também tem subido, o que potencializa os ganhos.

É importante ressaltar, contudo, que o método de formação de preço da mineradora não é tão simples assim. Parte do valor contabilizado em cada trimestre refere-se a um ajuste frente ao período imediatamente anterior, em outra parcela se considera o preço à vista e há também um componente de estimativa de cotações futuras.

Essa perspectiva já foi suficiente para animar investidores. Desde a divulgação do áudio de Temer com Joesley Batista, sócio da JBS, e a valorização do dólar, as ações ordinárias da Vale subiram 4,3%, a R\$ 28. Já as preferenciais classe A sobem 4,1%, a R\$ 26,49. Os maiores níveis desde 26 de abril.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito****Título: Grandes elétricas investem em geração distribuída**

O forte crescimento da busca dos consumidores por geração distribuída está forçando as grandes empresas do setor elétrico a se posicionarem nesse segmento, tanto para aproveitar a expansão quanto para se proteger das futuras mudanças no modelo de distribuição de energia. É o caso de CPFL Energia, AES Tietê, Enel e Engie Brasil Energia, entre outras.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o número de conexões de micro e minigeração distribuída superou 10 mil instalações até o início de maio, somando 113,195,48 quilowatts (kW). Apenas a fonte solar fotovoltaica representa 10.411 das 10.519 instalações existentes, beneficiando 11.494 unidades consumidoras, numa potência instalada de 80.406 kW.

É justamente na fonte solar que apostam as grandes companhias de energia do país.

Nas instalações de geração distribuída, os consumidores podem gerar a própria energia consumida, com injeção na rede do que houver de excedente, em troca de uma remuneração. No setor, o termo "prosumidor" tem ganhado cada vez maior espaço, indicando o consumidor que é, ao mesmo tempo, um produtor de energia.

A Engie Solar nasceu em abril do ano passado, quando a antiga Tractebel Energia adquiriu a área de geração distribuída da Araxá Solar. Desde então, a empresa já alcançou um total de 300 sistemas instalados e pretende chegar a 1.500 até o fim do ano.

"Estamos buscando um crescimento importante para os próximos anos porque uma das nossas estratégias é nos posicionar como líder de mercado. É um mercado que deve consolidar em algum momento. Temos expectativa de estar participando ativamente dessa consolidação", disse Rodolfo Pinto, presidente da Engie Solar. Do faturamento atual da companhia, que deve ser superior a R\$ 40 milhões no ano, 50% é relativo ao setor residencial e a outra metade se refere ao segmento comercial.

Companhias usam experiência no setor para tentar conseguir destaque em um mercado em ascensão

A CPFL Energia também se posicionou para atender o mercado residencial e os clientes comerciais. O grupo, que já atendia grandes clientes na CPFL Serviços, lançou no início do mês a Envo, voltada exclusivamente para os setores residencial e comerciais de pequeno porte.

"Decidimos por esse caminho também de geração residencial ou comércio de baixa tensão acreditando que esse movimento deve crescer no país", disse Karin Luchesi, vice-presidente de Operações de Mercado da CPFL Energia. Segundo ela, o consumidor de energia cada vez mais quer ter em mãos o poder de todas as decisões. "Acreditamos muito nesse viés de empoderamento do consumidor."

Por ser um grande grupo, a CPFL acredita ter vantagens para crescer nesse mercado. "Temos mais poder de negociação, até mais capacidade de atender um mercado maior", disse Karin.

A AES Tietê também utiliza a geração distribuída como um diferencial para se destacar no mercado de energia atual. Além da geração distribuída, a elétrica também oferece serviços de eficiência energética e oferece a melhor solução completa para o cliente, explicou Ítalo Freitas, presidente da empresa.

O foco é nos grandes consumidores, que podem ter unidades consumidoras em todo o país. "Entra aí a grande vantagem da AES Tietê. Em várias localidades, pode não ser vantajoso ter energia solar, mas sim microgeradores hidrelétricos ou cogeração a gás", disse Freitas.

A Enel Soluções também tem a atuação mais voltada para clientes de médio porte. Segundo Carlo Zorzoli, presidente da Enel Brasil, o cenário atual coloca no crescimento dessa tecnologia uma oportunidade e um desafio para uma companhia elétrica.

"De um lado, é uma nova oportunidade de negócios em que a Enel pode trazer para clientes toda a experiência que tem acumulada em anos de atuação na geração solar, seja em pequena ou grande escala. De outro lado, é um desafio na medida em que a geração distribuída, quando crescer muito, vai precisar também de mudanças na gestão da rede. Temos a vantagem de conhecer bem os dois lados", disse Zorzoli.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito

Título: Distribuidoras vão ter de rever atuação

As distribuidoras de energia precisam se preparar para uma grande mudança de papel devido ao crescimento da geração distribuída e do desenvolvimento de novas tecnologias, segundo especialistas e empresários ouvidos pelo Valor.

Segundo Arthur Ramos, sócio da consultoria Strategy&, do grupo PwC, as distribuidoras precisam "pensar fora da caixa" e serem proativas para entrar no segmento de geração distribuída.

Sem essas mudanças, elas correm o risco de ficarem de fora do mercado. Segundo Ramos, porém, a maior dificuldade é que as distribuidoras, em geral, são grandes empresas e com pouco agilidade, por atuarem em um setor regulado, para lidar com esse segmento. "O desafio é que são empresas grandes, tradicionais e que, em geral, atuam em ambiente regulado", explicou.

Os desafios ainda são muitos e envolvem, por exemplo, quem vai arcar com os custos da modernização da rede. Segundo o vice-presidente de Regulação da Energisa, Alexandre Nogueira, o avanço da geração distribuída pode ampliar os custos no sistema, ao mesmo tempo em que reduz o número de consumidores que ficarão na carteira das distribuidoras. São esses, que não têm oportunidade de investir na geração distribuída, que vão ter que bancar esses custos.

É necessário analisar de que forma a inserção da geração distribuída vai ocorrer na matriz energética do país. "A geração distribuída já é uma realidade. As distribuidoras terão que conviver com esse tipo de tecnologia no futuro. Mas nosso foco neste momento, mesmo por ser um grupo praticamente integralmente de distribuição, é buscar verificar o que está acontecendo em termos de mundo", disse Nogueira.

Segundo o executivo, a Energisa está percebendo que países europeus e os Estados Unidos, onde essa tecnologia já se inseriu de forma exponencial e apresenta crescimento relevante, hoje estão muito preocupados em buscar equacionar o desequilíbrio entre a inserção dessa fonte e a transferência de custos para os que não detêm essa tecnologia.

Para Jean Le Corre, sócio da consultoria BCG, as distribuidoras que já tomaram a dianteira de se posicionar perante as mudanças devem estar já avaliando como transformar isso em um negócio que "fique de pé". Uma "virtude" nessa antecipação é aprender como os clientes estão vendo as mudanças "e, a partir daí, reagir de maneira inteligente".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Marcos de Moura e Souza e Camila Maia****Título: Após suspender emissão, Cemig avalia alternativas**

A emissão de nova dívida continua sendo vista como "crucial" pela Cemig, que foi obrigada a suspender a operação que iria tentar captar US\$ 1 bilhão no exterior, disse ontem Bernardo Salomão, presidente da estatal mineira.

A Cemig já tinha desistido da emissão externa há cerca de duas semanas, segundo fonte a par do assunto, por não aceitar a taxa exigida do investidor. Para seguir adiante, a Cemig tinha de pagar pelo menos 9%, um ponto percentual acima do que estava disposta. A percepção do investidor é que a empresa não tinha um plano de desinvestimento sólido, com a lista de ativos que pretendia se desfazer, além da troca de executivos.

"Temos várias soluções, uma delas é vender ativos, tem muita coisa em andamento", disse Salomão, durante o evento que comemorou 65 anos da Cemig. Segundo ele, a venda de ativos e a emissão de títulos são estratégias que correm em paralelo dentro da empresa.

A companhia anunciou seu plano de venda de ativos em 2015, mas, desde então, não realizou operações significativas. Pelo contrário, a companhia recomprou um grupo de hidrelétricas no leilão de relicitação do fim daquele ano, pagando R\$ 2,2 bilhões em bônus da outorga.

A situação financeira delicada e o enorme endividamento de curto prazo - somente em 2017, são R\$ 4,3 bilhões vencendo - fez com que a companhia buscasse opções de financiamento no exterior. Executivos da estatal foram aos Estados Unidos e à Europa apresentar a investidores a operação de emissão de bônus, que visava levantar US\$ 1 bilhão.

"A gente estava trabalhando com [a emissão] de US\$ 1 bilhão e vai ter que aguardar um pouco", disse Salomão. "A gente parou com a operação temporariamente esperando uma solução para essa questão do país, o dólar deu uma explodida, as ações caíram demais. Então a gente tem que aguardar para ver como fazer."

Justamente devido ao seu elevado endividamento, a Cemig foi a ação do setor elétrico que mais sofreu desde a divulgação da delação da JBS, que resultou em dúvidas sobre a continuidade do governo de Michel Temer.

Em 18 de maio, dia seguinte ao vazamento das informações sobre a JBS, as ações preferenciais da estatal mineira recuaram 20,43%, a R\$ 7,01. No dia seguinte, tiveram alguma recuperação, para R\$ 7,32, mas voltaram a fechar em baixa ontem, a R\$ 7,10.

A desvalorização da Cemig aconteceu em meio aos receios sobre o cenário macroeconômico brasileiro. No dia 18 de maio, o dólar subiu 8,06%, a R\$ 3,3836, e as taxas de DI tiveram altas recorde.

Por ter uma dívida líquida de R\$ 13 bilhões - valores do fim de março -, sendo grande parte no curto prazo, a Cemig ficou exposta devido aos receios de que o custo para rolagem dessa dívida possa subir mais. O cenário para vendas de ativos também ficou desfavorável para a estatal mineira, com o aumento da aversão ao risco por parte de investidores estrangeiros.

Segundo Salomão, "o país está em polvorosa", e a "situação é crítica e qualquer coisa que a gente definir nesse curto prazo pode ser um grave erro". De acordo com o executivo, a empresa vai aguardar as próximas semanas para ver "o que poderá ser feito".

Salomão aproveitou ainda para voltar a dizer que a Cemig fará "tudo ao seu alcance" para manter as concessões das hidrelétricas de Jaguara, São Simão e Miranda. (Colaborou Alessandra Bellotto)

MME / ASCOM .